



CÂMARA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Avenida Engenheiro Paulo Brandão, 380 - Parque dos Sabiás - Matias Barbosa-MG - CEP 36120-000

Tel.: (32) 3273-5700

www.matiasbarbosa.mg.leg.br

Email: falecom@cmatiasbarbosa.mg.leg.br

/legislativomatiense
/camaradematiashbarbosa

Ofício nº.171/2024/CMMB

Matias Barbosa, 30 de julho de 2024.

Ilustríssimos Doutores:

Solicito parecer jurídico nos Projetos de Lei nº.25/2024 que "Insero o inciso v no artigo 62 da Lei 1.392, de 30 de janeiro de 2018, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos da administração pública direta do município de Matias Barbosa" e nº.26/2024 que "Altera o artigo 2º da Lei nº.1399 de 14 de junho de 2018".

Atenciosamente,

JOAO FELIPE DA
SILVA:09097029
694

Digitally signed by JOAO FELIPE
DA SILVA:09097029694
Date: 2024.07.30 10:17:33
-03'00'

João Felipe da Silva
Presidente da Câmara Municipal

Anexo: Projetos de Lei nº.25/2024 e nº.26/2024.

Ilmos. Drs.
Natália Magri Bertolin
Leonardo Sérgio Henrique
Procuradores da Câmara Municipal de
MATIAS BARBOSA – MG





CÂMARA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSSA

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Avenida Engenheiro Paulo Brandão, 800 - Parque dos Sabiás - Matias Barbosa - MG - CEP: 36120-000

Tel: (32) 3273-6700

Fax: (32) 3273-5720

Email: falcom@matiasbarbosa.mg.leg.br



Ofício nº: 068/2024/JUR
Assunto: Resposta Ofício nº 171/2024/CMMB

Matias Barbosa, 31 de julho de 2024.

Exmo. Sr. Vereador João Felipe da Silva,
Presidente da Câmara Municipal de Matias Barbosa.

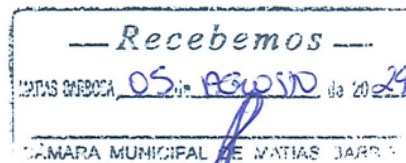
Em atendimento ao solicitado por Vossa Excelência em ofício de número em epígrafe, segue, acompanhando o presente, o solicitado Parecer Jurídico em relação ao Projeto de Lei nº 026/2024, que "Altera o Artigo 2º da Lei nº 1.399, de 14 de junho de 2018".

Sem mais para o momento e com a certeza de acolhimento do pedido retro mencionado, despeço-me, reportando votos de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente.


Leonardo Sérgio Henrique
Advogado da Câmara Municipal de Matias Barbosa

Leonardo Sérgio Henrique
ADVOGADO OAB/MG 29137
MATIAS BARBOSSA



Exmo. Sr. Vereador João Felipe da Silva,
Presidente da Câmara Municipal de Matias Barbosa



CÂMARA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSSA

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Avenida Engenheiro Paulo Brandão, 880 - Parque dos Sabiões - Matias Barbosa - MG - CEP: 36120-000

Tel: (32) 3273-5700

Fax: (32) 3273-5720

E-mail: telecom@matiasbarbosa.mg.leg.br



PARECER JURÍDICO

I – HISTÓRICO

Parecer solicitado junto à Procuradoria da Câmara Municipal de Matias Barbosa, por meio do Ofício nº 171/2024/CMMB, de lavra do Exmo. Presidente da Câmara Municipal de Matias Barbosa, Vereador João Felipe da Silva, em razão da tramitação do Projeto de Lei nº 26/2024, que “Altera o Artigo 2º da Lei nº 1.399, de 14 de junho de 2018”.

Instruem o pedido, no que interessa: Ofício nº 171/2024/CMMB; Mensagem nº 12/2024 e Minuta do Projeto de Lei.

Sem mais, passamos a opinar.

II – RELATÓRIO

A Proposição de Lei preenche os requisitos da Lei Complementar nº 95, de 28 de fevereiro de 1998, que dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do artigo 59 da Magna Carta Brasileira, bem como de sua posterior alteração, feita pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

A Lei é a espécie normativa adequada para legislar sobre o tema, mais especificamente, disposições que alteram dispositivos contidos em outro diploma municipal de mesma graduação e natureza, com vistas a melhorar a adequação da norma já sabatinada pelo Colegiado Legislativo.

Portanto, seria este Projeto de Lei o determinado caminho *juris* que deve transpor a iniciativa legislativa local para efetivar aplicação geral aos cidadãos e à sociedade, conforme se compreende da leitura do Regimento Interno desta Casa Legislativa que segue:

“Art. 147 - Projeto de Lei é o esboço de norma legislativa que, transformado em lei, destina-se a produzir efeitos impositivos e gerais. (...)”

O Chefe do Poder Executivo Local possui a devida legitimidade para a propositura da discutida proposta legislativa, em conformidade com aquilo previsto no artigo 44 da Lei Orgânica Municipal, assim como também o disposto no Art. 147, § 1º do Regimento Interno da Casa Legislativa, que reverbera no mesmo sentido da Norma Maior Municipal. Vejamos:

“Art. 44 - A iniciativa de Lei cabe a qualquer Vereador, às Comissões da Câmara, ao **Prefeito** e aos cidadãos” (destacado)

“Art. 147 – (...)”

§ 1º - A iniciativa dos Projetos de Lei cabe à Mesa da Câmara, ao **Prefeito**, ao Vereador, às Comissões e à iniciativa popular” (grifamos)

LEONARDO
ADRIANO
CÂMARA MUNICIPAL



CÂMARA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSSA

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Avenida Engenheiro Paulo Brandão, 880 - Parque dos Sabiões - Matias Barbosa, MG - CEP: 36120-000 Tel: (32) 3273-5700 Fax: (32) 3273-5720 E-mail: telecom@matiasbarbosa.mg.leg.br

A Carta Máxima Nacional, em seu Art. 30, trata da competência suplementar do município sobre a legislação federal e estadual no que couber. Assim, a matéria tratada por referida Proposição de Lei não recebe percalços em seu caminho formal.

Ao Município compete o tratamento da matéria levada a apreciação, nos termos do disposto na Lei Orgânica Municipal, conforme encontramos nos artigos 8º da referida Carta Municipal, vejamos:

Art. 8º Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao seu interesse local, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento de suas funções sociais e garantido o bem-estar de seus habitantes.

III – CONCLUSÃO

Por tudo dito, não vislumbramos nenhum impedimento ao prosseguimento legislativo do feito, sendo que o mesmo pode seguir seu devido trâmite legislativo e seguir para a apreciação dos DD Vereadores.

Quanto à matéria, considerando os diversos diplomas legais a serem observados para que a proposição sob análise cumpra os requisitos exigidos e detenha plena validade, é necessária uma análise cuidadosa de Vossas Excelências.

Por derradeiro, importa esclarecer que o exame da Procuradoria Jurídica cinge-se somente à matéria jurídica envolvida, nos termos da sua competência legal, motivo pelo qual não se incursiona em discussões de ordem técnica, bem como em questões que envolvam juízo de mérito sobre o tema trazido à apreciação.

Sem mais para o momento, despeço-me.

É o parecer, sob censura, que submeto aos Senhores (as) Vereadores (as).

Salvo Melhor Juízo.

Matias Barbosa, 31 de julho de 2024.


Leonardo Sérgio Henrique
Advogado da Câmara Municipal de Matias Barbosa

Leonardo Sérgio Henrique
ADVOGADO GERAL DO MUNICÍPIO
CÂMARA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSSA